

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.166 - PR (2019/0298544-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : **ADÃO LUIZ FERREIRA**  
**RECORRENTE** : **ALZIRA CAMARGO ESPINOLA**  
**RECORRENTE** : **ANDREA FARIA GALBIATE**  
**RECORRENTE** : **ANTÔNIO ALBINO DE LIMA**  
**RECORRENTE** : **ANTÔNIO LUIZ COSTA**  
**RECORRENTE** : **AUGUSTO LUNA DA SILVA**  
**RECORRENTE** : **BRAZ ALBINO DE LIMA**  
**RECORRENTE** : **ORLANDO CAPITULINO DA SILVA**  
**RECORRENTE** : **SUELI MARIA DE JESUS BARROS**  
**RECORRENTE** : **YEDA APARECIDA GUILHERMON STOCO**  
**ADVOGADOS** : **LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123**  
: **RAFAEL MACEDO DA ROCHA LOURES - PR036728**  
: **SANDRO RAFAEL BONATTO - PR022788**  
: **VERÔNICA MASCHIO VIANNA DE SOUZA - PR064248**  
: **CARMEN GLORIA ARRIAGADA BERRIOS E OUTRO(S) - PRT20668**  
**RECORRIDO** : **SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**  
**ADVOGADOS** : **MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - RS035572**  
: **CARLA PINTO DA COSTA - RS061655**  
: **JOÃO FILIPE PARPINELLI - RS090570**  
: **ENEIDA DE CASSIA CAMARGO E OUTRO(S) - PR044759**  
: **PAULO ANTONIO MULLER - PR067090**  
**INTERES.** : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
**ADVOGADOS** : **GILBERTO GEMIN DA SILVA E OUTRO(S) - PR014578**  
: **PATRICIA RAQUEL CAIRES JOST GUADANHIM - PR029545**

## **EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015. FALTA DE MOTIVAÇÃO. INAPLICABILIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por ADÃO LUIZ FERREIRA e OUTROS, com fulcro na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (e-STJ, fl. 1.154):

AGRAVO INTERNO. SEGURO HABITACIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. SUSPENSÃO DO TRÂMITE PROCESSUAL. AFETAÇÃO DE RECURSOS ESPECIAIS DE

# *Superior Tribunal de Justiça*

ACORDO COM O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIA. LEI 13.000/14. ASPECTO PROCESSUAL. APLICABILIDADE IMEDIATA AOS PROCESSOS PENDENTES. CONTROVÉRSIA APLICÁVEL AO CASO. MANUTENÇÃO DA SUSPENSÃO NECESSÁRIA. MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA. APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO ART. 1021, § 42. DO CPC/15. RECURSO DESPROVIDO.

Nas razões do recurso, os recorrentes alegam violação ao art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.

Sustentam ser inaplicável a multa descrita no citado dispositivo legal, uma vez que o recurso interposto não possui natureza protelatória ou temerária.

Afirmam que aplicação da punição pecuniária configura cerceamento de defesa.

Sendo assim, requerem o provimento do presente apelo excepcional.

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante ressaltar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, sendo, desse modo, aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

No apelo excepcional, os recorrentes defendem a inaplicabilidade da multa disciplinada no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.

Nos termos da jurisprudência vigente no Superior Tribunal de Justiça, a aplicação da penalidade pecuniária prevista no dispositivo acima citado não tem incidência automática, devendo o julgador, em decisão fundamentada, explicitar as circunstâncias que apontem a manifesta inadmissibilidade ou improcedência do agravo interno interposto.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO

SOB A ÉGIDE DO NCPC. ART. 1.022 DO NCPC. OMISSÕES INEXISTENTES. PRONUNCIAMENTO EXPLÍCITO SOBRE OS EFEITOS DA ASSINATURA DA NOVA PROPOSTA DO SEGURO. ERRO MATERIAL CONSTATADO. LITIGANTE SOB O PÁLIO DA JUSTIÇA GRATUITA. ISENÇÃO PREVISTA NO ART. 98, § 1º, VIII, DO CPC DE 2015. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS PARA AFASTAR A MULTA PREVISTA NO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC.

1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Depreende-se do art. 1.022 do NCPC que os embargos de declaração são cabíveis quando constar, na decisão recorrida, obscuridade, contradição, omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado o julgador, ou até mesmo as condutas descritas no art. 489, parágrafo 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida. Não se prestam os aclaratórios ao simples reexame de questões já analisadas, com o intuito de meramente dar efeito modificativo ao recurso.

3. A multa aludida no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, não se aplica em qualquer hipótese de inadmissibilidade ou de improcedência, mas apenas em situações que se revelam qualificadas como de manifesta inviabilidade de conhecimento do agravo interno ou de impossibilidade de acolhimento das razões recursais porque inexoravelmente infundadas (AgInt no AREsp nº 1.173.359/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJe 12/3/2018).

4. Considerando-se que os embargantes litigam sob o pálio da Justiça gratuita, e não sendo verificado o caráter abusivo do agravo interno anteriormente interposto, nem o intuito protelatório do presente recurso integrativo, recomendável o afastamento da imposição da multa aplicada com fulcro no art. 1.021, § 4º, do NCPC.

5. Embargos de declaração parcialmente acolhidos tão somente para afastar a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC de 2015.

(EDcl no AgInt no AREsp 1357276/PR, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/08/2019, DJe 21/08/2019)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO RECONHECIDA E SANADA. SEM EFEITOS MODIFICATIVOS.

1. No caso, verifica-se omissão quanto ao pleito de aplicação das penas por litigância de má-fé e da multa do art. 1.021, § 4º do CPC/2015, à parte embargada. 2. É firme o entendimento desta Corte no sentido de não aplicar a multa por litigância de má-fé quando a parte utiliza recurso previsto no ordenamento jurídico, sem abusar do direito de recorrer.

# Superior Tribunal de Justiça

Precedentes.

3. Além disso, o mero desprovimento do agravo interno em votação unânime não basta para configurar a hipótese de manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso capaz de justificar a aplicação da multa do art. 1.021, § 4º, do CPC/2015. Precedente.

3. Por fim, o agravo interno teve também o intuito de exaurir esta instância especial, em atenção à Súmula 281/STF.

4. Embargos de declaração acolhidos para sanar omissão, sem efeitos modificativos.

(EDcl no AgInt no AREsp 647.276/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 20/10/2017)

*In casu*, consta dos autos que o Tribunal estadual, ao aplicar a multa, não expôs a motivação necessária para demonstrar a necessidade de incidência da penalidade, sendo, desse modo, imperiosa a alteração do julgado recorrido.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial, a fim de afastar a aplicação da multa do art. 1.021, § 4º, do CPC/2015 no julgamento do agravo interno interposto pelos recorrentes.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator